Publicação de acórdãos

Reproduzimos, a seguir, os mais recentes acórdãos das decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE.

Processo Administrativo nº 155/94

- Representantes:** DPDE, *ex officio*
Representados: Sindicato dos Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas de Brasília
Relatora: A Sra. Conselheira Lúcia Helena Salgado e Silva
Advogados: Drs. Eduardo A. L. Ferrão, Oscar L. de Moraes e Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Acusação de infração aos incisos I, IV e XVI da Lei nº 8.158 de 08.01.91, art. 21, II, da Lei nº 8.884/94. Conduta de indução à uniformização de preços entre concorrentes. Poderes suficientes do sindicato, que se atribui papel regulador e disciplinador do mercado. Caracterização. Aplicação de multa. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer de ambas as representações e, no mérito, decidir por sua procedência, aplicando ao Sindicato dos Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas de Brasília a multa mínima de R\$ 4.972,20 (quatro mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte centavos), nos termos do inciso III do art. 23 da Lei nº 8.884/94 por ser mais benigna, determinando a imediata cessação da prática objeto do processo, no prazo máximo de dez dias a contar da publicação desta decisão, nos termos do voto da Conselheira-Relatora. Determinou ainda o CADE as seguintes providências a serem adotadas pela Representada, sob pena de multa diária de R\$ 4.143,50 (quatro mil cento e quarenta e três reais e cinqüenta centavos): 1. abstenção de influenciar a adoção por parte de seus associados da tabela da AMB; 2. comunicar, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir de sua notificação desta

decisão, aos seus associados e entidades conveniadas que a tabela existente não deverá mais ser utilizada como parâmetro para a remuneração dos serviços prestados, em virtude de determinação do CADE nesse sentido; 3. demonstrar ao CADE, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta decisão, o cumprimento das determinações do Colegiado. Decisão unânime. Participaram do julgamento o Presidente Gesner Oliveira, e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Silva, Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 19 de junho de 1996 (data do julgamento).

Ato de Concentração nº 28/95

Requerente: Nalco/Exxon Energy Chemicals Brasil Ltda.
Relator: O Sr. Conselheiro Rodrigues-Chaves
Advogados: Drs. Luiz Antonio D'Arace Vergueiro, Hércules Celes-cuekci e Túlio Freitas do Egito Coelho

EMENTA: Associação mundial de empresas. Criação de novas empresas, sob a forma de *joint-ventures*. Competência do CADE para apreciar os Atos de Concentração Econômica, que produzam ou possam produzir efeitos no Brasil. Entendimento do art. 2º, *caput*, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994. Registro de faturamento bruto anual, de qualquer dos participantes, ainda que no exterior, equivalente a quatrocentos milhões de reais. Obrigatoriedade da apreciação do ato pelo Conselho, a teor do art. 54, § 3º, da Lei nº 8.884. Ausência de reflexos no mercado relevante de aditivos químicos especiais. Autorização do Ato, pelo atendimento das condições do § 1º, incisos I e II, do referido art. 54 da Lei Antitruste brasileira. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, rejeitar a sugestão da Secretaria de Direito Econômico, de arquivamento do processo e, no mérito, aprovar o ato de concentração, por nele não vislumbrar qualquer indício de ilegalidade ou mesmo simples ameaça ao princípio constitucional da livre concorrência,

nos termos do voto do Conselheiro-Relator. Decisão unânime. Participaram do julgamento o Sr. Presidente, Gesner Oliveira, e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Procuradora *ad hoc*, Magali Klajmic.

Brasília, 19 de junho de 1996 (data do julgamento).

Remessa de Ofício na Representação nº 24/95

Representante: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento —
MEPF

Representada: ABRIGRAF — Associação Brasileira da Indústria Gráfica

Relator: O Sr. Conselheiro Antonio Fonseca

Advogados: Drs. José Carlos de Oliveira e Aida S. B. Varella

EMENTA: Prática formativa de preços artificiais. Lei nº 8.158/91, art. 3º, I, e Lei nº 8.884/94, art. 21, XI. Ainda que caracterizada como ilegal, a remessa de circulares a empresas associadas, contendo elementos de custos de matéria-prima, produtos e serviços gráficos, não é punível se descontinuada pela representada. Improvimento da remessa *ex officio*. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro-Relator. Decisão unânime. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Procuradora *ad hoc*, Magali Frajmic.

Brasília, 26 de junho de 1996 (data do julgamento).

Recurso de Ofício no Processo Administrativo nº 68/92

Representante: DAP/MF
Representada: Alcon Laboratórios do Brasil Ltda.
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogado: Dr. Túlio Freitas do Egito Coelho

EMENTA: Processo Administrativo. Alcon Laboratórios do Brasil Ltda. Acusação de infringência ao art. 3º, inciso I da Lei nº 8.158/91. “Maquiagem” de produto. A configuração de ilícito está vinculada à potencialidade da empresa para modificar a dinâmica do mercado. Em ambiente concorrencial, a alteração não substancial de produto é estratégia exclusivamente empresarial, fugindo ao alcance da legislação de defesa da concorrência. Ilícito econômico não caracterizado. Proposta de arquivamento dos autos. Recurso de ofício desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro-Relator. Decisão unânime. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Procuradora *ad hoc*, Magali Frajmic.

Brasília, 3 de julho de 1996 (data do julgamento).

Recurso Voluntário no Processo Administrativo nº 08000.0099797/96-26

Recorrente: Unimed do Brasil Confederação de Cooperativas Médicas
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogado: Dr. Marcus Vinícius de Campos

EMENTA: Recurso Voluntário da Unimed do Brasil contra decisão do Secretário de Direito Econômico que adota medida preventiva ao instaurar Processo Administrativo. Planos de saúde. Rejeitadas as preliminares de

lesão ao devido processo legal e de ilegitimidade passiva. Natureza da decisão cautelar que exige somente o critério de verossimilhança contido no art. 273 do CPC. Conduta uniforme de associações de classe. Aplicação do art. 52 da Lei nº 8.884/94. Presença dos Pressupostos de *periculum in mora* e *fumus boni iuris*. Por unanimidade, conhecido e desprovido o recurso e, de ofício, limitados os efeitos da decisão recorrida, em princípio, ao prazo de noventa dias. Por maioria, vencido o Relator, aplica-se a medida apenas às entidades presentes no processo, que deverão ser notificadas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, de conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, por unanimidade, em conhecer do Recurso Voluntário para desprovê-lo e, de ofício, limitar os efeitos da decisão recorrida, em princípio, ao prazo de noventa dias. Por maioria, vencido o Relator, aplicar a medida apenas às entidades presentes no processo, que deverão ser notificadas. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc*, Magali Frajmic.

Brasília, 3 de julho de 1996 (data do julgamento).

Ato de Concentração nº 38/95

Requerentes: Basf S.A., Roulland Scandiflex Resinas Scandiflex do Brasil S.A.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: Dr. José Antônio Krigner

EMENTA: Ato de Concentração. Basf S.A., Roulland Scandiflex Resinas e Scandiflex do Brasil S.A. Integração horizontal. Incorporação de empresa concorrente. Inexistência de potencialidade de limitação ou prejuízo à livre concorrência, ou de dominação de mercado. Efeitos apreciados pelo CADE. Ato não enquadrado nos pressu-

postos do *caput* do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1.994. Legitimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, de conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, aprovar o ato de concentração, por considerar que os efeitos da operação realizada não se apresentam como restritivos à concorrência, nos termos do voto do Conselheiro-Relator. Decisão unânime. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc*, Magali Frajmic.

Brasília, 3 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 159/94

Representante: DPDE, *ex officio*

Representado: Exame Laboratório de Patologia Clínica Ltda.

Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado

Advogado: Dr. Marco Antônio Bilíbio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar à empresa Exame Laboratório de Patologia Clínica Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo

de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta ao Representado, de acordo com o art. 25 da Lei n. 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc*, Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 160/94

Representante: DPDE, *ex officio*

Representado: Laboratório Pasteur de Patologia Clínica S.A.

Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado

Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório Pasteur de Patologia Clínica S.A. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa,

Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc*, Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 161/94

Representante: DPDE, *ex officio*
Representado: Laboratório Pio X Ltda.
Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado
Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório Pio X Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc*, Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 162/94

Representante: DPDE, *ex officio*
Representado: Laboratório Sabin Patologia Clínica Ltda.
Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado
Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório Sabin Patologia Clínica Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 163/94

Representante: DPDE, *ex officio*
Representado: Laboratório Sabin Análises Clínica Ltda.
Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado
Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório Sabin Análises Clínica Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 164/94

Representante: DPDE, *ex officio*

Representado: Laboratório de Análises Médicas de Brasília Ltda.

Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado

Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por enti-

dade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório de Análises Médicas de Brasília Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 165/94

Representante: DPDE, *ex officio*
Representado: Laboratório Clínicos de Brasília S/C — Laclib
Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado
Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório Clínicos de Brasília S/C — Laclib que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº n 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinqüenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 166/94

Representante: DPDE, *ex officio*

Representado: Laboratório Guará de Análises Clínicas Ltda.

Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado

Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório Guará de Análises Clínicas Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou

instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 167/94

Representante: DPDE, *ex officio*

Representado: Laboratório Santa Cruz Ltda.

Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado

Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório Santa Cruz Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da

Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 168/94

Representante: DPDE, *ex officio*

Representado: Laboratório de Análises Clínicas Carlos Chagas Ltda.

Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado

Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório de Análises Clínicas Carlos Chagas Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 169/94

Representante: DPDE, *ex officio*

Representado: Laboratório Bandeirante de Análise e Pesquisas Clínicas Ltda.

Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado

Advogado: Dr. Marco Antônio Bilíbio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório Bandeirante de Análise e Pesquisas Clínicas Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 170/94

Representante: DPDE, *ex officio*

Representado: Laboratório Imuno Ltda.

Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado

Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório Imuno Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 171/94

Representante: DPDE, *ex officio*

Representado: Laboratório Universal — Pesquisas e Análises Clínicas Ltda.

Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado

Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência

e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório Universal — Pesquisas e Análises Clínicas Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Processo Administrativo nº 172/94

Representante: DPDE, *ex officio*
Representado: Laboratório Brasiliense Ltda.
Relatora: A Sra. Conselheira Lucia Helena Salgado
Advogado: Dr. Marco Antônio Bilibio Carvalho

EMENTA: Processo Administrativo. Infração aos incisos I, e XVII do art. 3º da Lei nº 8.158 de 8/1/91. Utilização de meios artificiosos para a fixação de preços. Participação em entidade associativa cujas práticas constituam infração à legislação vigente. Dano à concorrência e às relações de mercado. Prática influenciada por entidade associativa. Representante de pequeno porte econômico.

mico. Caráter didático da decisão pela ordem de cessação de prática. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, determinar ao Laboratório Brasiliense Ltda. que deixe de utilizar a tabela da AMB ou instrumento equivalente de uniformização de preços como parâmetro para a retribuição de seus serviços. Que o Laboratório demonstre ao CADE, no prazo de trinta dias, que cumpriu a sua decisão. No caso de descumprimento das determinações, será imposta à Representada, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.884/94, a multa diária de R\$ 4.423,50 (quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e cinqüenta centavos). Decisão unânime do Colegiado, nos termos do voto da Sra. Conselheira-Relatora. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner de Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora *ad hoc* Magali Klajmic.

Brasília, 17 de julho de 1996 (data do julgamento).

Ato de Concentração nº 49/95

Requerentes: SHV Energy NV, São Felício Participações S.A. e Minasgás Participações S.A.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: Dr. Antonio Carlos Gonçalves

EMENTA: Ato de Concentração. Aplicação no caso do art. 54, parágrafo 3º da Lei nº 8.884/94, considerando o faturamento da Empresa controladora no exterior. Sem reflexos na estrutura do mercado. Inexistência de potencialidade de prejuízo à concorrência ou de dominação de mercado. Aprovação do ato. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, aprovar, por unanimidade, o ato de concentração, por inexistir potencialidade de prejuízo à concorrência ou

de dominação de mercado, vencido o Conselheiro Antonio Fonseca na preliminar de conhecimento. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Recurso de Ofício na Representação nº 31/93

Representante: DAP/MF

Representada: Bayer S.A.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: Dr. José Inácio Gonzaga Franceschini

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 26/93

Representante: DAP/MF
Representada: Alcon Laboratórios do Brasil Ltda.
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogado: Dr. Túlio Freitas do Egito Coelho

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 28/93

Representante: DAP/MF
Representada: Ariston Indústria Química e Farmacêutica Ltda.
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogado: Dr. Rodolfo A. G. Hahm

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil.

Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 29/93

Representante: DAP/MF

Representado: Biogalênica Química e Farmacêutica Ltda.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: Dr. Walter Achilles Rezende

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Cha-

ves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 30/93

Representante: DAP/MF
Representado: Biolab Indústria Farmacêutica S.A.
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogado: Dr. João Carlos Fernandes

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 32/93

Representante: DAP/MF
Representada: Bristol-Myers Squibb Brasil S.A.
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado:

Dr. Rubens Macedo

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 33/93

Representante:

DAP/MF

Representado:

Instituto Químico Campinas S.A. - IQC

Relator:

O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado:

Dr. Antonio Prósperi

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 34/93

Representante: DAP/MF

Representado: Cibran — Cia. Brasileira de Antibióticos

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: Dr. Geraldo Telles Palmeira

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 35/93

Representante: DAP/MF
Representado: Laboratório Cilag Farmacêutico Ltda.
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogada: Dra. Marilene Martins Zampieri

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 36/93

Representante: DAP/MF
Representado: Laboratório Climax S.A.
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogado: não indicado

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da rela-

ção processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 37/93

Representante: DAP/MF
Representado: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogado: não indicado

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade

com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 38/92

Representante: DAP/MF
Representada: Degussa S.A. Divisão Labofarma
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogado: Dr. Luiz Gonzaga Dias da Costa

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 39/93

Representante: DAP/MF
Representada: Dorsay Indústria Farmacêutica Ltda.
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogado: Dr. Mejour Philip Antonioli

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 40/93

Representante: DAP/MF
Representada: EMS Indústria Farmacêutica Ltda.
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogado: Dr. Carlos Eduardo Sanchez

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para

efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 41/93

Representante: DAP/MF

Representada: Laboratórios Farmacêuticos Espasil Ltda.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: Dr. Antonio Carlos Gonçalves

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena

Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 42/93

Representante: DAP/MF
Representado: Carlo Erba S.A. (Farmitalia Carlo Erba S.A.)
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa
Advogado: não indicado

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 43/93

Representante: DAP/MF
Representado: Laboratórios Hosbon S.A. Produtos Químicos-Farmacêuticos
Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: Dr. Antonio Prósperi

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 44/93

Representante: DAP/MF

Representada: Libbs Farmacêutica Ltda.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: não indicado

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 45/93

Representante: DAP/MF

Representado: Produtos Farmacêuticos Millet Roux Ltda.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: não indicado

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 46/93

Representante: DAP/MF

Representada: Química e Farmacêutica Nikkho do Brasil Ltda.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: Dr. Raimundo Nonato Rodrigues Cordeiro

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 47/93

Representante: DAP/MF

Representado: Laboratórios Pfizer Ltda.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: Dr. Eduardo Najjar Roque

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para

efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 48/93

Representante: DAP/MF

Representado: Smithkline Beecham Laboratórios Ltda.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: Dr. Tulio Freitas do Egito Coelho

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena

Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 49/93

Representante: DAP/MF

Representado: Laboratórios Wyeth-Whitehall Ltda.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: Dr. Rubem Dario França Brisolla

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 50/93

Representante: DAP/MF

Representado: Zambon Laboratórios Farmacêuticos S.A.

Relator: O Sr. Conselheiro Leônidas Xausa

Advogado: não indicado

EMENTA: Representação contra laboratórios farmacêuticos por imposição excessiva de preços. Ausência de condição para a constituição e desenvolvimento da relação processual. Não especificação da conduta infrativa. Aplicação do art. 267, VI do Código de Processo Civil. Conhecer e negar provimento ao recurso de ofício para efeito de manter a decisão de arquivamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, conhecer da remessa de ofício da Secretaria de Direito Econômico e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão de arquivamento das Representações. Participaram do julgamento o Sr. Presidente Gesner Oliveira e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente ao julgamento a Sra. Procuradora-Geral Marusa Freire.

Brasília, 24 de julho de 1996 (data do julgamento).

Ato de Concentração nº 42/95

Requerente: Indico Participações S.A. (anterior denominação de SUPERMAR Supermercados S.A.)

Relator: O Sr. Conselheiro Rodrigues-Chaves

Advogados: Drs. Olavo Ruy C. de Siqueira Ferreira e José Inácio Gonzaga Franceschini

EMENTA: Ato de Concentração Econômica. Enquadramento nas hipóteses previstas no art. 54, § 3º, da Lei nº 8.884, de 1994. Competência do CADE para exame do mérito. Inocorrência de alteração do mercado relevante, nem de limitação ao direito da concorrência. Aprovação do Ato. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, em conformidade com os votos e registros eletrônicos realizados, aprovar o Ato de Concentração

econômica representado pela compra, à FERNAFELA S.A., da Rede Unimar de Supermercados, pela Índico Participações S.A., anterior denominação da SUPERMAR Supermercados S.A., por nele não verificar alteração do mercado relevante ou limitação ao direito da concorrência, nos termos do voto do Conselheiro-Relator. Decisão unânime. Participaram do julgamento o Sr. Presidente, Gesner Oliveira, e os Srs. Conselheiros Rodrigues-Chaves, Leônidas Xausa, Antonio Fonseca, Renault de Freitas Castro, Lucia Helena Salgado e Paulo Dyrceu Pinheiro. Presente a Sra. Procuradora-Geral do CADE, Marusa Freire.

Brasília, 31 de julho de 1996 (data do julgamento)

Ato de Concentração nº 18/94

Requerentes: FICAP S.A. e ALCAN Alumínio do Brasil S.A.

Relator: O Sr. Conselheiro Antônio Fonseca

Advogado: Dr. Tércio Sampaio Ferraz Júnior

EMENTA: Ato de Concentração. FICAP/ALCAN. Mercado de Condutores Elétricos (fios e cabos de alumínio e de cobre). Aquisição de participação acionária mediante transferência de ativos. 1 — Dominação de mercado a configurar potencial dano à concorrência, passível de compensação (barganha societária), nos termos do art. 54, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.884, de 1994. 2 — Aprovação sob condições.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, o Plenário do CADE acorda, por unanimidade, conhecer do requerimento e aprovar o ato de concentração, sob as condições lançadas no voto do Relator. Além dele e do Presidente, participaram do julgamento os Conselheiros Renault de Freitas Castro, Paulo Dyrceu Pinheiro e Lúcia Helena Salgado e Silva, presente a Procuradora-Geral Marusa Freire. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Rodrigues-Chaves e Leônidas Xausa.

Brasília, 21 de agosto de 1996 (data do julgamento).

Representação nº 57/92

Representante: DPDE, *ex officio*
Representada: Sadia S.A.— Indústria e Comércio
Relator: O Sr. Conselheiro Paulo Dyrceu Pinheiro
Advogado: não indicado.

EMENTA: Representação. Ausência de dados que comprovem abuso de poder econômico. Insubsistência legal. Arquivamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, o Plenário do CADE acorda, por unanimidade, conhecer da Representação e aprovar a proposta de arquivamento, tendo em vista que não restou caracterizado nos autos abuso de poder econômico. Além do Relator e do Presidente, participaram do julgamento os Conselheiros Renault de Freitas Castro, Antonio Fonseca e Lucia Helena Salgado e Silva. Presente a Procuradora-Geral Marusa Freire. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Rodrigues-Chaves e Leônidas Xausa.

Brasília, 28 de agosto de 1996 (data do julgamento)